



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG
MEDICINA

**APLV: DIFICULDADES DO DIAGNÓSTICO CLÍNICO E OS IMPACTOS NA SAÚDE
INFANTIL**

Luiara Ferreira Evangelista

Manhuaçu / MG

2025

LUIARA FERREIRA EVANGELISTA

**APLV: DIFICULDADES DO DIAGNÓSTICO CLÍNICO E OS IMPACTOS NA SAÚDE
INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Superior de Medicina do Centro Universitário UNIFACIG, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Medicina.

Orientador: Gladma Rejane Ramos Araújo da Silveira

Manhuaçu / MG

2025

LUIARA FERREIRA EVANGELISTA**APLV: DIFICULDADES DO DIAGNÓSTICO CLÍNICO E OS IMPACTOS NA SAÚDE INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Superior de Medicina do Centro Universitário UNIFACIG, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Medicina.

Orientador: Gladma Rejane Ramos Araújo da Silveira

Banca Examinadora:

Data da Aprovação: 23/10/2025

Graduada em Medicina pela EMESCAM (Vitória/ES), Residência Médica em Pediatria e Terapia Intensiva pediátrica pelo HINSG (Vitória/ES), Professora da disciplina Saúde da Criança e Adolescente no curso de Medicina no Centro Universitário Unifacig (Manhuaçu/MG), mestre em Desenvolvimento Local pela UNISUAM. Gladma Rejane Ramos Araújo da Silveira – Professora no Centro Universitário UNIFACIG

Graduado em Medicina pela UFJF-JF (Juiz de Fora/MG), Residência Médica em Pediatria pela UFJF (Juiz de Fora/MG), supervisor da Residência Médica de Pediatria no Hospital César Leite (HCL). Cristiano Eudes Pires – Médico no Hospital César Leite

Enfermeira especialista em saúde pública, vice coordenadora do curso de Medicina no Centro Universitário UNIFACIG. Rita de Cássia Pereira Medeiros Parreira – Vice coordenadora no Centro Universitário UNIFACIG

RESUMO

A alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é uma das reações de hipersensibilidade mais prevalentes na infância, com manifestações clínicas que variam de sintomas gastrointestinais a cutâneos e respiratórios. Essa heterogeneidade, somada à semelhança com outras condições, contribui para diagnósticos tardios e manejo inadequado, resultando em impactos nutricionais, emocionais e sociais significativos. O presente trabalho teve como objetivo analisar as dificuldades encontradas no diagnóstico clínico da APLV e os efeitos decorrentes dessa condição na saúde infantil. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio de pesquisa nas bases SciELO, PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico. Foram selecionados artigos publicados entre 2015 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordavam aspectos clínicos, diagnósticos e nutricionais da APLV. Após a triagem inicial de 114 artigos, 21 estudos foram incluídos na análise, considerando sua relevância e adequação ao tema proposto. Os resultados apontaram que o diagnóstico da APLV ainda é um desafio devido à falta de padronização dos métodos disponíveis e à inespecificidade dos sintomas, principalmente nas formas não mediadas por IgE. O teste de provocação oral foi identificado como o método de maior acurácia diagnóstica, porém apresenta riscos que exigem acompanhamento médico rigoroso. Verificou-se também que o atraso no diagnóstico e a adoção inadequada de dietas de exclusão comprometem o estado nutricional da criança, podendo causar carências de cálcio, proteínas e vitaminas. Além disso, os custos elevados das fórmulas especiais e a escassez de suporte multiprofissional ampliam as dificuldades enfrentadas pelas famílias, acarretando sobrecarga emocional e financeira. Conclui-se que a APLV demanda uma abordagem interdisciplinar, envolvendo pediatras, nutricionistas e psicólogos, de modo a garantir diagnóstico precoce, tratamento adequado e suporte integral à criança e à família. O reconhecimento precoce dos sintomas e a capacitação dos profissionais de saúde são fundamentais para minimizar os impactos nutricionais, clínicos e psicossociais, promovendo uma melhor qualidade de vida às crianças acometidas.

Palavras-chave: Alergia Alimentar; Alergia à proteína do leite de vaca; Diagnóstico clínico; Desenvolvimento infantil; Impacto familiar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. MATERIAIS E MÉTODOS	8
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
4. CONCLUSÃO.....	21
5. REFERÊNCIAS	22

1. INTRODUÇÃO

A alergia a proteína do leite de vaca (APLV) é considerada pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) a alergia alimentar mais comum na infância precoce, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) corresponde a 2 a 5% das crianças até os 12 meses. Estudos recentes indicam aumento da prevalência global das alergias alimentares nas últimas décadas. No Brasil, a APLV se destaca como um dos principais motivos de procura por atendimento pediátrico relacionado a distúrbios alimentares na infância (Gonçalves, 2016). Apesar disso, os dados epidemiológicos nacionais ainda são escassos e pouco uniformes, o que reforça a necessidade de pesquisas que explorem melhor essa condição no contexto brasileiro.

A APLV é uma patologia relacionada a uma inflamação que acomete o trato gastrointestinal e a pele, sendo desencadeada por uma reação imunológica contra algumas proteínas presentes no leite de vaca, como por exemplo beta-lactoglobulina, alfa-lactoalbumina e a caseína (Queiroz, 2013). Dessa maneira, é preciso desmistificar e diferenciar a APLV da intolerância a lactose (IL), condições distintas relacionadas com componentes do leite. Sendo assim, a IL decorre da deficiência da enzima lactase, responsável pela digestão da lactose (Sampaio, 2017), enquanto a APLV é caracterizada por reação imunológica, podendo ser classificada em imunoglobulina E (IgE) mediada, não IgE mediada ou mista. Nesse âmbito, a semelhança terminológica gera confusão no entendimento dos sintomas e raciocínio clínico do curso das patologias para a sociedade. Todavia, crianças com APLV podem tolerar a lactose, assim como a presença de intolerância à lactose não implica em alergia alimentar (Arruda, 2023).

Segundo Toca (2019), há uma assimetria no diagnóstico de APLV na América Latina pela variabilidade de manifestações clínicas, já que os sinais e sintomas não são bem definidos, em que pode variar de manifestações gastrointestinais a repercussões cutâneas. Nesse contexto, acredita-se que haja atraso no diagnóstico das crianças, o que também impacta a vida dos pais. Uma vez que, a exclusão de determinados alimentos compromete o fornecimento de macro e micronutrientes ao bebê, ocasionando perda pondero-estrutural, déficit energético-proteico e carência de vitaminas e minerais (Melo, 2025; Alves; Mendes, 2013). Além do viés nutricional, encontra-se dificuldade no manejo e

cuidado com os responsáveis e cuidadores das crianças portadoras de APLV, visto que há uma grande quebra de expectativa com a saúde envolvida, emitindo um estado severo de alerta com contaminação cruzada e também alimentação sem supervisão, a falta de aceitação do diagnóstico, a demora sobre a confirmação ao mesmo tempo em que se lida com as repercussões clínicas, que podem ser leves até severas, logo isso sobrecarrega o estado mental daqueles que estão incluídos naquela rotina, em que deve ser vista e supervisionada por demais profissionais da saúde, como psicólogos e psiquiatras, para que consigam lidar com a demanda apresentada e também fornecer o suporte adequado e integral no cuidado (Abagaro, 2018).

No Brasil, a SBP e sociedades internacionais, como a European Society for Paediatric Gastroenterology, Hepatology and Nutrition (ESPGHAN) e a World Allergy Organization (WAO), já publicaram consensos e diretrizes que orientam a conduta frente à APLV. Entretanto, na prática clínica, ainda se observam discrepâncias na aplicação desses protocolos, seja pela dificuldade de acesso a fórmulas especiais, seja pela falta de padronização no manejo e acompanhamento interdisciplinar. Essa lacuna entre teoria e prática clínica evidencia a necessidade de ampliar a disseminação de conhecimento, capacitar profissionais de saúde e fortalecer o suporte às famílias (Vandenplas, 2024).

Diante do exposto, o objetivo dessa literatura é evidenciar as dificuldades do reconhecimento do diagnóstico da APLV e a importância de ser preciso e precoce. Busca-se, ainda, analisar os impactos negativos dessa condição no desenvolvimento infantil e os seus estigmas relacionados, identificar os primeiros sinais e sintomas relacionados à clínica, avaliar os diagnósticos tardios, e também discutir os protocolos já existentes. Sendo assim, a APLV é considerada pela Sociedade Brasileira de Pediatria como a alergia alimentar mais prevalente nos primeiros anos de vida, por esse motivo sua justificativa consiste em discutir a ausência de uniformidade dos sintomas e sinais clínicos que torna um empecilho para a construção de um diagnóstico eficiente, para que a criança receba o apoio correto e evite restrições severas que possam oferecer riscos à saúde infantil, visto que a nutrição dos primeiros anos é de extrema importância para o crescimento e desenvolvimento, ainda evidenciar a importância da assistência interdisciplinar, como de pediatras, nutricionistas e psicólogos, para oferecer o suporte adequado

para a criança e família, esclarecer orientações alimentares, e também as repercussões clínicas que surgem a longo prazo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Esse estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, pois dessa maneira consegue abranger diferentes tipos de estudos, como atualizações protocolares, relatos de casos e outras revisões bibliográficas, logo para isso foi realizada uma busca digital através de banco de artigos, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), National Library of Medicine (PubMed) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e também o motor de busca Google Acadêmico para o levantamento das informações necessárias para a construção científica, norteando-se pelos trabalhos que relacionavam a definição da APLV, a dificuldade do diagnóstico clínico e os impactos enfrentados no curso clínico da doença. Por se tratar de estudo de revisão da literatura, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução CNS 510/2016.

Para realizar essa busca de dados foram citados e avaliados descritores controlados DeSC/MeSH e palavras-chave adicionais, de forma isolada ou combinada, como “Hipersensibilidade ao leite” (DeSC), “Milk Hypersensitivity” (MeSH), “Impactos do APLV”, “Nutrição Infantil” (DeSC), “APLV”, “Diagnóstico tardio na APLV”, e “Protocolos em saúde para APLV”, com operadores booleanos *AND* e *OR*.

Os critérios de inclusão na seletiva dos artigos foram: publicações em português, inglês e/ou espanhol, entre um período de 10 anos (2015 a 2025) – período no qual se concentram as principais atualizações sobre o tema. Logo, foram adotados como critérios de exclusão os artigos que não estavam disponíveis integralmente e gratuitamente, que evadiam do objetivo literário proposto, fora do tempo estipulado, e em outras línguas estrangeiras.

Foram encontrados nas bases 114 artigos dos quais aqueles não pertinentes ao objeto do estudo foram excluídos após análise dos títulos e resumos, sendo em sua maior quantidade relacionadas a outros aspectos alérgicos, alimentares ou não. Após a leitura, foram selecionados 21 artigos para a elaboração do texto em base dos objetivos propostos inicialmente.

Posteriormente elaborou-se um fichamento das obras selecionadas, que evidencia os dados mais importantes utilizados nesse artigo, elucida-se os autores, títulos do trabalho, ano de publicação, revista publicada e dados relevantes, mostrados no Quadro 01.

Quadro 01 – Principais autores, título, ano de publicação, revista e dados relevantes.

AUTORES	TÍTULO	ANO	REVISTA	DADOS RELEVANTES
Neves, F.V.O; Beck, C.M.L; Gushken, A.K;F; Yonamine, G.H; Castro, A.P.B.M; Dorna, M.B; Santos, C.J.N.	<i>Alergia ao leite de vaca: avaliação da tolerância pelo teste cutâneo alérgico.</i>	2016	Revista de Associação Médica Brasileira	Evidencia as limitações dos métodos diagnósticos da APLV, como o teste cutâneo de puntura e a dosagem de IgE, que carecem de padronização e interpretação uniforme, essas dificuldades contribuem para diagnósticos tardios, prolongando dietas restritivas que podem comprometer o estado nutricional e o desenvolvimento infantil, além de impactar negativamente a qualidade de vida da criança e de sua família.
Gonçalves, L.C.P.	<i>Alergia Alimentar Não IgE mediada em lactentes: incidência e perfil clínico e epidemiológico em uma coorte de lactentes.</i>	2024	Biblioteca Universidade Federal de Uberlândia	Nas formas não mediadas por IgE, a APLV apresenta obstáculos diagnósticos ainda mais relevantes, pois não há exames laboratoriais específicos, sendo necessário recorrer à exclusão dietética e ao teste de provocação oral, observa-se risco de comprometimento nutricional, e impactos negativos na qualidade de vida da criança.

<p>Filho, C.T.L.; Lapa, H.F; Franco, J.M; Vieira, S.C.F; Solé, D; Vieira, M.C; Gurgel, R.Q.</p>	<p><i>Alergia às proteínas do leite de vaca e a atenção primária à saúde: uma revisão narrativa das diretrizes atuais.</i></p>	<p>2021</p>	<p>Revista da Sociedade Brasileira de Pediatria</p>	<p>Evidencia que a APLV representa um desafio relevante na prática clínica, especialmente pela diversidade de manifestações e pela semelhança dos sintomas com outras condições gastrointestinais, o que contribui para atrasos no diagnóstico e manejo adequado, reforçando a necessidade de protocolos diagnósticos mais claros e precoces.</p>
<p>Solé, D; Silva, L.R; Cocco, R.R; Ferreira, C.T; Sarni, R.O; Oliveira, L.C, Pastorino, A.C; Weffort, V; Morais, M.B; Barreto, B.P; Oliveira, J.C; Castro, A.P.M; Franco, J.M; Neto, H.J.C; Rosário, N.A; Alonso, M.L.O; Sarinho, E.C; Yang, A; Maranhão, H; Toporovski, M.S;</p>	<p><i>Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar: 2018 - Parte 2 - Diagnóstico, tratamento e prevenção. Documento conjunto elaborado pela Sociedade Brasileira de Pediatria e</i></p>	<p>2018</p>	<p>Arquivo de Asma, Alergia e Imunologia</p>	<p>O artigo destaca que a APLV, por apresentar manifestações clínicas heterogêneas e inespecíficas, permanece um desafio diagnóstico importante, frequentemente levando a atrasos no reconhecimento e no tratamento adequado.</p>

Epifanio, M; Wandalsen, N.F; Rubini, N.M.	Associação Brasileira de Alergia e Imunologia.			
Gonzaga, T.A.	Acurácia do teste cutâneo de leitura tardia na alergia à proteína do leite de vaca com manifestações gastrointestinais.	2016	Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia	Baixa acurácia do teste cutâneo de leitura tardia com o uso da proteína do leite de vaca, e, portanto, ainda não deve ser recomendado na prática clínica. Evidenciando ainda mais a falta de testes específicos.
Ferreira, C.T; Carvalho, E; Tofoli, M; Carvalho, S; Melo, M.C.B; Marcelino, R; Fragoso, R; Morais, M.B; Solé, D; Silva, L.R; Venter, C.	Alergia Alimentar Não-IgE mediada: formas leves e moderadas.	2022	Departamento Científico de Gastroenterologia da SBP	Apesar do aumento da incidência da APLV e da frequência com que se vê pacientes no consultório, ainda há dificuldades diagnósticas, deixando crianças sintomáticas sem diagnóstico e crianças com exageros no tratamento, particularmente nos casos não-IgE mediados.
Oliveira, L.C.L; Silva, L.R; Franco, J.M; Watanabe, A.S; Junior, A.B.P.J;	Atualização em Alergia Alimentar 2025: posicionamento	2025	Arquivo de Asma, Alergia e Imunologia	Apesar da identificação de novos fatores de risco e de novos alérgenos alimentares, a exclusão do alimento responsável pelas

<p>Capelo, A; Castro, A.P.B.M; Pastorino, A.C; Yang, A.C; Barreto, B.A.P; Ferreira, C.Y; Goudouris, E.S; Melo, E.D; Frota, F.P; Stefani, G.P; Wandalsen, G.F; Maranhão, H; Neto, H.J.C; Lima, I.P.C.M.S; Gurmini, J; Oliveira, C.S; Rios, J.L.M; Moraes, M.B; Estanislau, N.R.A; Cacco, R.R; Pinheiro, R; Gonçalves, V.B; Constantino, C.F; Fernandes, F.R; Kuschnir, F.C;</p>	<p>conjunto da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia e Sociedade Brasileira de Pediatria.</p>			<p>manifestações clínicas continua sendo a principal conduta terapêutica, na APLV a disponibilidade de fórmulas especiais tem facilitado o tratamento substitutivo do leite de vaca para esses pacientes.</p>
<p>Freitas, Y.C.M.</p>	<p>Diagnóstico e manejo da alergia à proteína do leite na prática</p>	<p>2024</p>	<p>Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso</p>	<p>Evidencia a importância de um diagnóstico preciso através de um relato de caso.</p>

	<i>pediátrica: Relato de caso.</i>			
Durão, A.C.B.	<i>Relação entre o desmame precoce e a alergia a proteína do leite de vaca: uma revisão narrativa.</i>	2023	Repositório Acadêmico da PUC Goiás	A prática do aleitamento materno previne alergias alimentares ao passo que o desmame precoce esteve relacionado ao desenvolvimento de alergias a proteína do leite de vaca.
Sousa, E.L.O.	<i>Elaboração e validação de um protocolo para padronização da atenção nutricional na alergia à proteína do leite de vaca em um Hospital pediátrico.</i>	2023	Biblioteca digital UFRN	Importância de uma terapia direcional própria para APLV.
Brito, H.C.A.	<i>Estado nutricional e hábitos alimentares de crianças diagnosticadas com alergia a proteína do</i>	2021	Brazilian Journal of Development	Evidencia a importância do suporte adequado dos outros grupos alimentares, assim sem prejudicar o desenvolvimento.

	<i>leite de vaca em dieta de exclusão.</i>			
Souza, K.A.	<i>Estado nutricional de crianças alérgicas à proteína do leite de vaca atendidas em um município de médio porte do estado de Goiás.</i>	2025	Repositório do IF Goiano	A alimentação adequada e o uso de suplementação conseguem atingir um nível adequado de peso e desenvolvimento.
Pinto, J.H.F.	<i>Alergia à Proteína do Leite de Vaca Persistente em Adulto: Relato de Caso.</i>	2015	Public Knowledge Project	Evidencia que se não houver o tratamento adequado e precoce pode persistir até a vida adulta.
Silva, A.P.N.	<i>Uso de fórmulas artificiais em criança com alergia à proteína do leite de vaca: Uma revisão de escopo.</i>	2022	Sistema de Bibliotecas da UNILAB	Avalia-se que uso de fórmula é benéfico para essa patologia em questão.
Rocha, J.	<i>Manejo Clínico da Alergia à Proteína do</i>	2025	Revista de Saúde Coletiva	Evidente que o diagnóstico precoce, a falta de capacitação dos profissionais de saúde, as

	<i>Leite de Vaca na Atenção Primária em Saúde.</i>			barreiras econômicas e a resistência cultural, dificultam o acesso e a adesão às fórmulas e ao tratamento nutricional.
Germino, L.L.	<i>Alergia à proteína do leite de vaca em crianças: Aspectos clínicos e manejo atual.</i>	2024	Journal of Medical and Biosciences Research	Evidencia como mesmo com o tratamento adequado, sem os demais suportes ainda tem impactos negativos.
Abagaro, R.M.A.	<i>Aspectos Emocionais Vivenciados pelos Pais e/ou Cuidadores de Crianças com Alergia à Proteína do Leite de Vaca.</i>	2018	Revista de Psicologia	Avaliam a mudança de comportamento em um todo pela família, mudanças alimentares, risco de contaminação cruzada, gastos elevados, dentre outros que impactam a vida.
Arruda, N.F.S.	<i>Diagnóstico da alergia à proteína do leite de vaca (APLV) e seus desafios.</i>	2023	Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Paraíba	Problemáticas acerca do diagnóstico incerto da APLV.
Carvalho, L.C.	<i>Intolerância à lactose e alergia à proteína do</i>	2022	Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento	Elucida a diferença das patologias.

	<i>leite de vaca (APLV): principais considerações clínicas.</i>			
Linhares, B.F.R.	<i>Avaliação da qualidade de vida do responsável pela criança com alergia à proteína do leite de vaca (APLV).</i>	2015	Arquivo digital Universidade Estácio de Sá	Apresenta a sobrecarga dos cuidadores e a importância da ESF nesse caso.
Melo, C.V; Camargos, G.L.N; Vilarinho, T.A.C; Pfeilsticker, F.J.	<i>Os Impactos no desenvolvimento infantil decorrentes da Alergia à Proteína do leite de vaca (APLV).</i>	2025	Brazilian Journal of Implantology and Health Science	Diferencia os tipos de fórmula, o tratamento da família no impacto da formação da criança.

Fonte: Autor (2025).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A alergia à proteína do leite de vaca (APLV) é considerada a reação de hipersensibilidade mais comum na infância, todavia, seu diagnóstico apresenta desafios importantes, sobretudo nos casos não mediados por IgE, em que os sintomas são inespecíficos e de difícil reconhecimento clínico (Ferreira, 2022; Carvalho, 2022). Ressalta-se ainda que a ausência de história familiar de atopia não exclui a possibilidade de desenvolvimento da doença, o que amplia sua complexidade diagnóstica (Barreto, 2021).

Do ponto de vista clínico, a APLV pode manifestar-se de forma imediata, com choque anafilático, urticária, angioedema, rinite, asma, vômitos ou tosse seca, ou de maneira tardia, caracterizada por dermatite atópica, diarreia crônica, constipação, refluxo gastroesofágico, distensão abdominal, déficit de crescimento e inflamação intestinal com depleção proteica (Carvalho, 2022). Essa heterogeneidade clínica contribui para diagnósticos equivocados ou tardios.

Figura 01 – Imagem do sintoma clínico de dermatite atópica em bebê com APLV



Fonte: Dr. Wilson Rocha Filho (2020)

Por esse motivo, há um impacto nos exames complementares, uma vez que, pela ausência de sintomas específicos e pelo fato de se tratar de uma condição IgE-não mediada, sua acurácia é limitada. A dosagem de IgE específica, por exemplo, apresenta boa sensibilidade, mas baixa especificidade, o que resulta na ocorrência de falsos positivos (Sampson, 2014). O teste cutâneo de leitura imediata (SPT) é útil apenas em reações mediadas por IgE (Gonzaga, 2016), enquanto o atopy patch test (APT) ainda carece de padronização adequada, sendo dependente da técnica do observador (Vogel, 2013). Já o teste de provocação oral (TPO) é considerado padrão-ouro, embora exija supervisão médica rigorosa devido ao risco de reações graves (Gonzaga, 2016). Diante dessas limitações, recomenda-se a exclusão do leite e derivados por duas a quatro semanas nos casos não mediados por IgE e de uma a duas semanas nos mediados por IgE, seguida de desafio oral controlado (Melo, 2025).

As repercussões do atraso diagnóstico são significativas. A exposição prolongada ao alérgeno pode acarretar perda ponderal, déficit de crescimento, inflamação intestinal e má absorção de nutrientes essenciais (Carvalho, 2022; Brito, 2021). Por outro lado, a exclusão alimentar realizada sem acompanhamento especializado expõe a criança ao risco de deficiências nutricionais, em especial de cálcio, vitamina D e proteínas (Brito, 2021). Nesse contexto, o Consenso Brasileiro de Alergia Alimentar reforça a importância do aleitamento materno exclusivo como fator protetor, em razão da presença de IgA, que atua como bloqueador de antígenos alimentares e no amadurecimento da barreira intestinal. Quando necessário, indica-se o uso de fórmulas extensamente hidrolisadas, à base de aminoácidos ou de proteína de soja, conforme a gravidade clínica e a faixa etária, comumente utilizadas entre seis a vinte e quatro meses (Silva, 2022), logo a substituição do leite acarreta em um desaparecimento dos sintomas em até três semanas, mas seu uso deve ser mantido minimamente por quinze dias para excluir causa-efeito.

Sob outra perspectiva, a APLV impacta não somente a criança em seu estado nutricional, mas também no âmbito psicossocial e familiar, segundo Abagaro (2018), uma fase que seria prazerosa de descobertas, configura-se em um período de elevado estresse psicológico e frustração, torna-se, assim, um processo adaptativo para todo o ambiente familiar (Dias, 2016), e também há uma quebra de expectativa do gestar e dar à luz (Verissimo, 2009), representando um novo normal, onde a mãe enfrenta sentimentos de culpa e sofrimento diante da condição do filho. No entanto, ainda há escassez de estudos específicos e abrangentes sobre o impacto familiar,

especialmente considerando que as atividades do núcleo são limitadas e algumas ações passam a ser percebidas como ameaças (Abagaro, 2018), por conta da contaminação cruzada, sendo na amamentação exclusiva – a proteína do leite de vaca presente na alimentação da mãe que passa pelo aleitamento, ou pela manipulação de alimentos.

Os impactos podem transcender os citados, por exemplo, a dieta de exclusão pode apresentar um risco para a própria criança ou mãe, caso não seja acompanhada de um profissional da saúde próprio, como nutricionistas, pois pode causar uma alimentação desbalanceada, e mesmo com essa condição deve-se preconizar uma alimentação rica em outros nutrientes para não comprometer o bom desenvolvimento infantil (Teixeira, 2010). Além disso, Linhares (2015), cita que muitas crianças são privadas de vivenciar momentos de diversão e descontração, como festas de aniversário e comemorações escolares, pois o leite e seus derivados fazem parte da cultura brasileira alimentar e podem gerar uma exposição acidental ao alérgeno, tendo que lidar depois com as complicações do contato, que são os sintomas citados anteriormente.

Outro ponto crítico refere-se ao impacto financeiro da APLV, uma vez que as fórmulas especiais apresentam custo significativamente mais elevado em comparação às demais disponíveis no mercado. Além disso muitas famílias se restringem ao mercado trabalhistas remunerado por se manter ao cuidado específico da criança. Embora exista legislação nacional (Lei nº 12.982/2014) voltada a garantir alimentação adequada a pessoas com necessidades nutricionais específicas, sua aplicação prática ainda é insuficiente diante das dificuldades enfrentadas pelas famílias.

Diante do exposto, verifica-se que a APLV constitui uma condição de diagnóstico complexo, com repercussões que ultrapassam o aspecto biológico e afetam diretamente o desenvolvimento infantil, a saúde nutricional e o bem-estar familiar. O atraso diagnóstico agrava tais impactos, o que reforça a necessidade de protocolos clínicos mais específicos, maior capacitação dos profissionais de saúde e ampliação de políticas públicas de suporte nutricional e social voltadas às famílias afetadas.

4. CONCLUSÃO

A APLV configura-se como um relevante desafio na prática clínica pediátrica, dada a diversidade de manifestações clínicas e a ausência de métodos diagnósticos plenamente eficazes. Observa-se que a heterogeneidade dos sintomas contribui para atrasos na definição diagnóstica, implicando em repercussões nutricionais, clínicas, psicossociais e financeiras significativas tanto para a criança quanto para sua família.

Ao longo dessa revisão literária, evidenciou-se que o teste de provocação oral apresenta a maior acurácia diagnóstica, realizado por meio da administração controlada do alérgeno. Contudo, este método expõe a criança a riscos relevantes, incluindo a possibilidade de reações anafiláticas graves. Assim, além da ausência de sintomas, observou-se que a retirada inadequada de nutrientes essenciais impactou o desenvolvimento da criança. Esse cenário foi agravado pelos danos psicossociais relatados na narrativa, como o risco de contaminação cruzada, restrição severa de alimentos, exclusão de atividades sociais - festas de aniversário, excursões escolares e encontros familiares -, fatores que podem comprometer significativamente sua integração social.

Outro fator relevante refere-se à dificuldade de acesso às fórmulas especiais, seja pela disponibilidade restrita, seja pelo elevado custo no mercado, que dificulta o tratamento correto, frequentemente resulta em uma restrição alimentar, tanto da criança, quanto da mãe – em caso de amamentação exclusiva, a fim de reduzir as reações esperadas, porém geram déficits nutricionais evidentes, que podem impactar no desenvolvimento infantil.

Dessa maneira, um aspecto de relevância clínica refere-se aos impactos psicológicos vivenciados pelas famílias e na necessidade de adaptação a uma nova condição clínica, que exige modificações nos hábitos de vida de toda a família. Soma-se isso ao afastamento de atividades familiares e sociais por receio de exposição ao risco de contaminação. Em muitos casos, há ainda o impacto financeiro, principalmente pelo acesso aos serviços de saúde - como médicos pediatras, gastropediatras, nutricionistas infantis e para o público adulto para o manejo nutricional da mãe e da criança, psicólogos, fisioterapeutas -, bem como pelo acesso de fórmulas e alimentos especiais, que são limitados quando comparados aos produtos destinados à população em geral. Outro ponto a ser discutido é a falta de preparação da sociedade para receber as crianças com diversas condições, especialmente creches e escolas, normalmente

pontos de suporte para os responsáveis, não obtém a estrutura alimentar necessária para lidar ou até mesmo a falta de conhecimento em diferenciar uma alergia alimentar de uma intolerância, deve-se investir em educação nesse aspecto para ampliar a rede de apoio de famílias que já encontram barreiras para lidar com o diagnóstico.

Conclui-se, portanto, que a APLV exige um cuidado interdisciplinar, a fim de assegurar o bem-estar físico, mental e social da criança e de toda a sua estrutura familiar, principalmente porque a grande maioria dos quadros são temporários, em que há uma melhora gradual ou regressão dos sintomas alérgicos, e também se evidencia a necessidade de ampliar estudos que desenvolvam protocolos diagnósticos e terapêuticos mais eficientes e acessíveis. Portanto, também é papel da medicina e das áreas de saúde orientar os pais quanto ao reconhecimento precoce dos sintomas, ao adequado percurso de busca por atendimento e ao acesso à educação em saúde para que os diagnósticos sejam cada vez mais precoces, e as repercussões amenas, dentro das possibilidades e estudos, promovendo melhor qualidade de vida para as crianças acometidas e suas famílias.

5. REFERÊNCIAS

ABAGARO, R. M. A. Aspectos emocionais vivenciados pelos pais e/ou cuidadores de crianças com alergia à proteína do leite de vaca. **Revista de Psicologia**, 2018.

ALVES, J. Q. N.; MENDES, J. F. R. Consumo dietético e estado nutricional em crianças com alergia à proteína do leite de vaca. **Com. Ciências Saúde, Brasília**, v. 24, n. 1, p. 65-72, 2013.

ARRUDA, N. F. S. Diagnóstico da alergia à proteína do leite de vaca (APLV) e seus desafios. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba**, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2023. DOI: 10.29327/2274276.1.2-1.

BARRETO, B. P. et al. Alergia alimentar: aspectos clínicos e diagnóstico diferencial. São Paulo: **SBP**, 2021.

BRITO, H. C. A. Estado nutricional e hábitos alimentares de crianças diagnosticadas com alergia à proteína do leite de vaca em dieta de exclusão. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 9331-9342, 2021.

CARVALHO, L. C. Intolerância à lactose e alergia à proteína do leite de vaca (APLV): principais considerações clínicas. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 6, p. 1-10, 2022.

DIAS, R. G. Aspectos emocionais de pais de crianças com doenças crônicas. **Revista de Psicologia**, 2016.

DURÃO, A. C. B. Relação entre o desmame precoce e a alergia à proteína do leite de vaca: uma revisão narrativa. **Repositório Acadêmico da PUC Goiás**, 2023.

FERREIRA, C. T. et al. Alergia alimentar não-IgE mediada: formas leves e moderadas. **Departamento Científico de Gastroenterologia da Sociedade Brasileira de Pediatria**, 2022.

FILHO, C. T. L. et al. Alergia às proteínas do leite de vaca e a atenção primária à saúde: uma revisão narrativa das diretrizes atuais. **Revista da Sociedade Brasileira de Pediatria**, 2021.

FREITAS, Y. C. M. **Diagnóstico e manejo da alergia à proteína do leite na prática pediátrica: relato de caso**. Repositório de Trabalhos de Conclusão de Curso, 2024.

GERMINO, L. L. Alergia à proteína do leite de vaca em crianças: aspectos clínicos e manejo atual. **Journal of Medical and Biosciences Research**, 2024.

GIANNETTI, A.; VESPASIANI, G. T.; RICCI, G.; MINIACI, A.; DI PALMO, E.; PESSION, A. Cow's milk protein allergy as a model of food allergies. **Nutrients**, v. 13, n. 5, p. 1525, 2021.

GONÇALVES, L. C. P. et al. **Alergia alimentar não IgE mediada em lactentes: incidência e perfil clínico e epidemiológico em uma coorte de lactentes**. Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, 2024.

GONÇALVES, L. C. P. et al. Prevalence of food allergy in infants and pre-schoolers in Brazil. **Allergologia et Immunopathologia**, v. 44, n. 6, p. 527-534, nov./dez. 2016. DOI: 10.1016/j.aller.2016.05.010.

GONZAGA, T. A. **Acurácia do teste cutâneo de leitura tardia na alergia à proteína do leite de vaca com manifestações gastrointestinais**. Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

LINHARES, B. F. R. **Avaliação da qualidade de vida do responsável pela criança com alergia à proteína do leite de vaca (APLV)**. Arquivo Digital Universidade Estácio de Sá, 2015.

MELO, C. V.; CAMARGOS, G. L. N.; VILARINHO, T. A. C.; PFEILSTICKER, F. J. **Os impactos no desenvolvimento infantil decorrentes da alergia à proteína do leite de vaca (APLV)**. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 7, n. 2, p. 1091-1108, 2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n2p1091-1108.

NEVES, F. V. O.; BECK, C. M. L.; GUSHKEN, A. K. F.; YONAMINE, G. H.; CASTRO, A. P. B. M.; DORNA, M. B.; SANTOS, C. J. N. Alergia ao leite de vaca: avaliação da tolerância pelo teste cutâneo alérgico. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 62, n. 3, p. 247-252, 2016.

OLIVEIRA, L. C. L. et al. Atualização em alergia alimentar 2025: posicionamento conjunto da Associação Brasileira de Alergia e Imunologia e Sociedade Brasileira de Pediatria. **Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia**, 2025.

PINTO, J. H. F. **Alergia à proteína do leite de vaca persistente em adulto: relato de caso**. Public Knowledge Project, 2015.

ROCHA, J. Manejo clínico da alergia à proteína do leite de vaca na atenção primária em saúde. **Revista de Saúde Coletiva**, 2025.

SAMPAIO, R. C. S.; SOUSA, J. H. M. Intolerância à lactose vs. alergia à proteína do leite de vaca: a importância dos sinais e sintomas. **Nutrição Brasil**, v. 16, n. 2, p. 111-116, 2017.

SILVA, A. P. N. **Uso de fórmulas artificiais em criança com alergia à proteína do leite de vaca: uma revisão de escopo**. Sistema de Bibliotecas da UNILAB, 2022.

SOUSA, E. L. O. **Elaboração e validação de um protocolo para padronização da atenção nutricional na alergia à proteína do leite de vaca em um hospital pediátrico**. Biblioteca Digital da UFRN, 2023.

SOUSA, F. L. L. et al. Benefícios do aleitamento materno para a mulher e o recém-nascido. **Research, Society and Development**, v.10, n. 2, e12710211208, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.11208.

SOLÉ, D. et al. Consenso Brasileiro sobre Alergia Alimentar: 2018 – Parte 2 – Diagnóstico, tratamento e prevenção. **Arquivos de Asma, Alergia e Imunologia**, 2018.

SOUZA, K. A. **Estado nutricional de crianças alérgicas à proteína do leite de vaca atendidas em um município de médio porte do estado de Goiás**. Repositório do IF Goiano, 2025.

TEIXEIRA, C. M. Alimentação e desenvolvimento infantil: riscos da exclusão alimentar. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**, v. 25, n. 2, p. 123-130, 2010.

TOCA, M. C. et al. A Latin American pediatric gastroenterology group's understanding of cow's milk protein allergy diagnosis and treatment: results of a survey by the Food Allergy Working Group of the Sociedad Latinoamericana de Gastroenterología, Hepatología y Nutrición Pediátrica. **Revista de Gastroenterología de México**, v. 85, n. 4, p. 382-389, 2020. DOI: 10.1016/j.rgmxen.2019.08.003.

VANDENPLAS, Y. et al. An ESPGHAN position paper on the diagnosis, management, and prevention of cow's milk allergy. **Journal of Pediatric Gastroenterology and Nutrition**, v. 78, n. 2, p. 386-413, 2024.

VERISSIMO, M. G. Vivências de mães diante de diagnósticos alimentares em lactentes. **Revista de Psicologia da Saúde**, 2009.